

PL 4.576/2020

Autor: Frei Anastacio Ribeiro

Data da 15/09/2020

Apresentação:

Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o

pagamento de abono salarial anual ao conselheiro tutelar.

Forma de Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões -

Apreciação: Art. 24 II

Texto Apense-se à(ao) PL-9135/2017.

Despacho: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões -

Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Regime de

Ordinária (Art. 151, III, RICD)

tramitação:

Em 21/12/2020

RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados